

HABEAS CORPUS Nº 493.276 - SP (2019/0041694-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RODOLFO MARQUES DA SILVA - SP242870
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DAVID PEIXOTO BARBOSA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **David Peixoto Barbosa**, apontando-se como autoridade coatora a Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (Agravado em Execução Penal n. 0008546-39.2018.8.29.0996).

Narram os autos que o paciente cumpre pena total de 6 anos e 8 meses de reclusão e teve indeferido o pedido de livramento condicional pelo Juízo da Vara de Execuções Criminais de Presidente Prudente/SP (Autos n. 0005487-14.2016.8.26.0996).

Inconformada, a defesa interpôs recurso, ao qual o Tribunal estadual negou provimento.

Daí o presente *mandamus*, no qual a Defensoria Pública sustenta que a longa pena a cumprir e a gravidade abstrata do crime praticado não são fundamentos idôneos para vedar o benefício.

Destaca que *o art. 83 do Código Penal e os arts. 131/146 da Lei de Execução Penal não reclamam a prévia permanência do penitente no regime semiaberto para concessão do livramento condicional* (fl. 8).

Menciona que o paciente preenche os requisitos objetivo e subjetivo para o livramento condicional.

Requer, inclusive liminarmente, a concessão do livramento condicional.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Na espécie, contudo, consta do acórdão impugnado que *ao Agravante foi deferido o livramento condicional em 25.09.2007, constando como "data-fim" do benefício 15.01.2009 — data da prática do crime que agora cumpre a pena de 06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado; 4. o Agravante registra, em seu prontuário carcerário, a prática de 03 (três) faltas disciplinares de natureza grave, consistentes em: a. posse de bebida alcoólica; b. desobediência; c. desrespeito e apreensão de bebida alcoólica (fl. 60 - grifo nosso).*

Assim, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial, estando a exigir um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo do *writ*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Estando devidamente instruídos os autos, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator